Dr. James S. Spiegel, Ética Cristã, Sessão 16, Guerra

© 2024 Jim Spiegel e Ted Hildebrandt

Este é o Dr. James Spiegel em seu ensinamento sobre ética cristã. Esta é a sessão 16 sobre Guerra.

Certo, nossa próxima questão é guerra.

E a questão é, quando, se alguma vez, a guerra é moralmente apropriada? Então, o que é guerra? Vamos começar com essa questão. Guerra, geralmente entendida, é um conflito armado entre nações. Mas essa definição pode ser problemática, pois exclui guerra contra grupos revolucionários ou terroristas.

Certamente, as guerras revolucionárias em si são guerras reais, embora não sejam guerras, propriamente falando, entre nações. Mas é assim que a guerra é geralmente entendida. Karl von Clausewitz define a guerra como um duelo em escala extensiva.

Guerra, ele diz, é, entre aspas, um ato de violência destinado a compelir nosso oponente a cumprir nossa vontade. Aqui estão três perspectivas gerais sobre a guerra, começando com a teoria da guerra justa, que diz que, sob certas condições, a guerra é moralmente justificada. E há a visão do mal necessário, que diz que às vezes a guerra é necessária para evitar um mal maior, mas ela mesma é sempre má.

E então há o pacifismo, que diz que a guerra nunca é moralmente justificada. Então, vamos nos concentrar na teoria da guerra justa e no pacifismo, bem como nos argumentos a favor e contra. Não há muitos proponentes da visão do mal necessário, principalmente porque, por um bom motivo, as pessoas não querem tomar uma posição em que estão admitidamente defendendo o mal.

Então, a grande maioria dos acadêmicos sobre esse tópico diria que a guerra é a coisa moralmente certa a se fazer em alguns casos, que às vezes é justa, ou a negação disso e dizer que a guerra nunca é moralmente justificada. Então, começaremos com essa última visão, o pacifismo, e começaremos distinguindo diferentes tipos de pacifismo. Nem todos os pacifismos são iguais.

Há o pacifismo anti-guerra, que condena o uso nacional da violência enquanto preserva um direito pessoal de autodefesa. E então há o pacifismo privado, que renuncia à violência na esfera pessoal, mas não como usada por autoridades políticas. Há duas formas de pacifismo privado.

Há o pacifismo privado anti-assassinato, e então há a visão mais forte do pacifismo privado anti-violência, que se opõe à violência de qualquer tipo pessoalmente. E

então há o pacifismo universal, que é o mais extremo de todos, que se opõe a toda violência e assassinato na esfera privada e por autoridades políticas. Em termos de argumentos filosóficos para o pacifismo, há o argumento do exemplar moral, que observa que seria um mundo melhor se todos fossem pacifistas.

Todo mundo reconhece isso. Se ninguém exercesse o uso da violência em nenhum caso, o mundo não seria ótimo? Então, se esse é o caso, se universalizar um ponto de vista pacifista ou um tipo de prática pacifista tornaria o mundo ideal nesse sentido, então isso não mostra que essa é a posição correta? Esse é o argumento do exemplar moral. É essencialmente kantiano.

Podemos universalizar o pacifismo, mas não podemos universalizar a violência. Por essa razão, nunca devemos agir violentamente. Não é o tipo de conduta que você poderia desejar que fosse praticada universalmente.

Em seguida, há o argumento gandhiano, que enfatiza o papel do sofrimento, especialmente em prol da justiça, como uma forma de purificar a alma. Não é apenas a própria alma; pode transformar as almas dos oponentes também. Gandhi, na tradição hindu, enfatizou ahimsa ou não violência, abstendo-se de causar dor ou ferimento por propósito egoísta.

Ele diz que a arma espiritual da autopurificação, por mais intangível que pareça, é o meio mais potente de revolucionar o ambiente de alguém e afrouxar as amarras externas, fim da citação. E, claro, Gandhi se tornou famoso internacionalmente por defender a independência da Índia e se abster de qualquer tipo de recurso à violência. É um tipo de uso dessa disposição de sofrer para fazer um ponto poderoso e impactar, você sabe, até mesmo as ações de regimes políticos inteiros.

E então há um argumento utilitário, a ideia de que as guerras produzem mais mal do que bem. No final, você sabe, alguns pacifistas argumentam, é sempre uma perda líquida, qualquer guerra em que se entre, mesmo que seja uma guerra de autodefesa, mesmo que seja uma guerra que defenda uma nação inocente. Qualquer bem que se suponha ser alcançado por meio de atos de guerra, sempre será uma perda líquida.

Este é um argumento que pode ser difícil de defender em certos contextos, como, digamos, na Segunda Guerra Mundial, onde você tem um tirano como Adolf Hitler matando milhões de pessoas inocentes. É difícil convencer, você sabe, muitos de nós de que seria a coisa certa não responder com nenhum tipo de agressão contra esse genocídio. Mas ouvi pacifistas argumentarem que mesmo aqui seria, foi uma perda líquida entrar na Segunda Guerra Mundial, como fizemos por vários motivos.

Esse é um caso difícil de fazer, mas é interessante ver os pacifistas se manterem firmes, por assim dizer. Talvez essa seja a metáfora errada. Mantenham a posição deles sobre esse argumento utilitário quando se trata da Segunda Guerra Mundial.

Em termos de argumentos bíblicos para o pacifismo, alguns apelam para a santidade da vida, que os seres humanos são feitos à imagem de Deus, e todas as pessoas, portanto, têm direito à vida sem exceção, mesmo que estejam matando pessoas. Devemos respeitar suas vidas e não matá-las. Agora, isso exclui matar, observe, mas não exclui outras formas de violência, parar a pessoa por meios violentos que apenas ferem, em vez de acabar com sua vida.

Outro argumento bíblico para o pacifismo apela às proibições bíblicas de violência. Em particular, podemos notar a ênfase de Jesus na não resistência em Mateus 5, onde ele diz, vocês ouviram o que foi dito, olho por olho, dente por dente, mas eu lhes digo, não resistam a uma pessoa má. Se alguém lhe der uma bofetada na face direita, vire-lhe a outra face.

E se alguém quiser processá-lo e tirar sua camisa, entregue também seu casaco. Se alguém o obrigar a andar uma milha, vá com ele duas milhas. Portanto, não resista a uma pessoa má.

Pacifistas notarão que isso parece apontar a favor de sua visão. Também encontramos Paulo aparentemente ensinando algo semelhante em Romanos 12, versículos 19 a 21. Ele diz, não se vingue, mas deixe espaço para a ira de Deus.

Não se deixe vencer pelo mal, mas vença o mal com o bem. E em Pedro, encontramos uma doutrina de não resistência também. Em 1 Pedro 2, ele diz, se você sofre por fazer o bem e o suporta, isso é louvável diante de Deus.

Então, esses tipos de passagens são usadas por pacifistas cristãos para defender sua posição. Observe, no entanto, que essas passagens se aplicam à violência pessoal, mas não necessariamente à força militar nacional. Então, mesmo que tenhamos o dever moral de não nos comportarmos violentamente, mesmo para nos defender, não se segue disso que a força militar nacional seja imoral.

Então, vamos falar sobre a teoria da guerra justa. Há vários aspectos da guerra justa. Jus ad bellum diz respeito às condições necessárias para justificar ir à guerra, e jus in bello diz respeito aos princípios que limitam a conduta na guerra.

As condições para jus ad bellum, jus in bello, foram elaboradas por vários pensadores na tradição da guerra justa, como Tomás de Aquino, Francisco de Vitoria, Hugo Grotius e outros. E então, desempacotaremos certas ideias sob os títulos de jus ad bellum e jus in bello em um momento. Mas primeiro, aqui estão alguns argumentos gerais que são usados para apoiar a ideia de que pode haver uma guerra justa.

Um é um argumento para justiça. É a ideia de que quando uma nação é atacada por outra nação, isso é algo injusto, e justifica uma resposta na mesma moeda. Há também o argumento da paz, onde o objetivo da guerra é afetar um certo tipo de paz.

Não é violência por si só, e não é matar por si só, mas trazer uma situação melhor de paz. Essa é uma ênfase forte que Santo Agostinho fez, e outros também fizeram, com relação à guerra. E então argumentos bíblicos, o endosso de Deus ao uso da força militar por Israel, comandos divinos diretos, em muitos casos, no Antigo Testamento, de que Israel destrua certos grupos de pessoas.

Então, em Romanos 13, Paulo faz uma referência de aprovação ao uso da força pelo governo. Então, vamos prosseguir para alguma análise das várias condições para *ius ad bellum*, ou justiça em ir à guerra, que foi notada por teóricos da guerra justa. Há várias delas.

Uma delas é que a guerra deve ser declarada por uma autoridade adequada, o que exclui grupos justiceiros ou paramilitares porque essas não são autoridades adequadas para declarar guerra. Apenas os mais altos órgãos governamentais têm essa autoridade. Agora, há certos problemas que atendem a esse critério, como veremos.

Na maioria dos casos, há alguns aspectos significativos de cada critério que podem ser debatidos. Aqui, essa exigência de uma declaração por uma autoridade adequada parece descartar todas as guerras revolucionárias porque os revolucionários estão desafiando a autoridade governamental reinante. Como eles poderiam ser uma autoridade adequada para ganhar ou declarar guerra? Além disso, por que insistir em uma declaração formal? Certamente, na história das guerras americanas, houve muitas guerras nas quais os EUA estiveram envolvidos, e o Congresso não declarou guerra.

Mas nós estivemos envolvidos nessas guerras, no entanto, sob o comando do nosso comandante-em-chefe, nosso presidente, sem aprovação do congresso e sem nenhuma declaração formal de guerra. Em segundo lugar, deve haver uma causa justa para a guerra. Tradicionalmente, as causas justas foram consideradas como incluindo, especialmente, autodefesa e punição por ferimentos civis, bem como proteger os inocentes, como no caso da nação do Oriente Médio do Kuwait, que foi anexada pelo Iraque em 1991 sob o primeiro governo Bush.

Os Estados Unidos entraram e derrotaram o exército iraquiano para libertar o Kuwait, e isso foi considerado um ato justo de guerra por quase todos. Alguns problemas estão associados a esse critério, no entanto. O que conta como uma causa justa para a guerra? É apenas a defesa contra ataques militares? Ou o que dizer de

outras formas de ataque? E quão severo deve ser o ataque? E quanto à espionagem? E quanto aos ataques digitais? E quanto à interferência significativa em nossas redes de computadores que poderia nos ameaçar dessa forma? Ou ataques econômicos, que podem ameaçar uma população ainda mais do que algumas bombas.

Então, descobrir isso é muito difícil, e é cada vez mais um desafio com as tecnologias eletrônicas hoje em dia, que em muitos casos são muito mais ameaçadoras do que balas e bombas. Então, o que exatamente conta como uma causa justa para a guerra? Esse é um dos subtópicos mais debatidos aqui em toda essa questão.

Terceiro, deve haver uma intenção justa, como garantir um resultado de paz e justiça para que uma nação seja justificada em ir à guerra.

Este não é tão debatido quanto esses outros critérios. Em quarto lugar, a guerra deve ser o último recurso. Isso é frequentemente enfatizado pelos teóricos da guerra justa, que todos os meios pacíficos de resolver um conflito devem ter sido esgotados antes que você esteja justificado em tomar essa medida de força militar nacional.

Um problema aqui é, como sabemos quando todos os meios pacíficos razoáveis de resolver o conflito foram esgotados? Como você sabe quando atingiu esse limite? Eu sei que em 2003, antes de nós, você sabe, os EUA voltaram ao Iraque na segunda Guerra do Golfo, a liderança iraquiana, Saddam Hussein, se recusou a cumprir, eu acho, 17 resoluções diferentes de segurança nacional ou do conselho de segurança. E, você sabe, houve todos os tipos de sanções econômicas que foram impostas ao Iraque. E então, foi julgado pela esmagadora maioria dos líderes americanos em todo o Congresso, ambas as casas, que era, esse era o próximo passo certo.

Houve apenas alguns que se destacaram em sua recusa em aprovar a entrada dos EUA no Iraque naquela época. Eles julgaram que, ok, este é um passo apropriado agora. E qualquer teórico da guerra justa, que tenho certeza de que há muitos no Congresso, concluiu que este é um passo razoável porque todos os outros meios de resolver este conflito foram esgotados.

Mas, ainda assim, houve alguns que disseram, não, poderíamos ter tomado outras medidas. Não precisávamos recorrer à guerra. Não era realmente um próximo passo apropriado naquela época.

Quinto, deve haver uma chance razoável de sucesso. Você não quer ir para a guerra se suas chances de ganhar são pequenas. Ou não muito boas.

Isso só vai causar mais mal do que bem. Mas o problema é que geralmente é muito difícil avaliar. Em alguns casos, não fica totalmente claro quais são suas chances porque você não sabe quais são as capacidades militares quando se trata da nação com a qual está lutando.

Lembro que foi discutido longamente antes de entrarmos em 1991 como o Iraque tinha o quinto exército mais poderoso do mundo. Estamos olhando para um esforço extremamente prolongado aqui. Bem, não foi.

E o exército dos EUA derrotou o exército do Iraque em apenas alguns dias. E então em 2003, por causa dessa experiência, pensou-se, bem, você sabe, isso será fácil. Já fizemos isso antes.

Faremos de novo. E iríamos por todo o Iraque e montaríamos uma república e sem problemas. E o oposto foi o caso lá.

Mesmo que os estágios iniciais da guerra tenham sido comparativamente fáceis, o esforço de longo prazo foi extremamente difícil e problemático. Então, há tantos fatores envolvidos na guerra que você não pode prever que prognosticar e fazer essa análise de custo-benefício é extremamente difícil. Então isso é *Jus ad bellum*, justiça em ir para a guerra.

Agora, vamos voltar nossa atenção para as condições para *Jus in bello*. Que tipos de critérios existem, moralmente falando, que devemos respeitar na condução real da guerra? Um deles é o princípio da proporcionalidade, que diz que o tipo e a extensão da força usada devem ser proporcionais à natureza da ameaça. Muitos argumentariam que as armas nucleares, por esse motivo, são sempre inapropriadas porque são sempre excessivas.

Seja qual for a ameaça, ela nunca é adequadamente tratada por meio de uma arma de destruição em massa, como uma arma nuclear. Mas isso é difícil de determinar, não apenas com relação a armas nucleares. Talvez esse seja o caso fácil.

Mas o que conta é uma resposta proporcional usando armamento convencional. Isso é difícil. Depois, há o princípio da discriminação, que diz que apenas máquinas militares e combatentes podem ser intencionalmente alvejados.

É errado mirar em civis. Isso é frequentemente destacado em reportagens de notícias quando há uma guerra acontecendo, quando uma nação ou outra bombardeou uma cidade, e uma escola com crianças foi atingida, mesmo que não seja necessariamente declarado explicitamente na reportagem. A ideia de que você intencionalmente, ou mesmo apenas por negligência, mataria tantos civis é geralmente reconhecida como um ato imoral de guerra.

Então, apenas máquinas militares e combatentes podem ser intencionalmente alvejados, mesmo que se entenda que pode haver danos colaterais, como é tão clinicamente colocado. Mas esse princípio é difícil de aplicar, só porque não está claro o que conta, em qualquer caso, como um combatente. São apenas os soldados que estão trabalhando ativamente no esforço de guerra? Ou também inclui pessoas

que estão, digamos, trabalhando em fábricas que estão fazendo bombas? A maioria diria, bem, sim, a máquina de guerra, digamos na Segunda Guerra Mundial, que os nazistas ou os japoneses estavam fazendo seus aviões de caça e sua artilharia, que esses eram alvos apropriados também.

Bem, e aqueles que estão um passo à frente disso, que estão envolvidos no lado comercial, fazendo acordos com, digamos, o governo na produção de aço e outras matérias-primas que eles estão enviando para essas fábricas? Aqueles que estão um passo à frente em seu envolvimento com esses negócios, até onde esses tentáculos vão para que as pessoas envolvidas sejam alvos apropriados? Há pessoas trabalhando em negócios que podem nem mesmo reconhecer que seus negócios têm um contrato governamental com a produção de maquinário militar. E o fato de que os danos colaterais são, na matança de civis, às vezes é inevitável. Por mais cirúrgico que você faça o ataque, em muitos casos, é provável que algumas pessoas inocentes ou civis sejam mortos.

Um terceiro contexto para considerar conduta justa relacionada à guerra é *juice postbellum*, e isso diz respeito às condições para conduta justa após a guerra. Isso não é discutido tanto quanto *juice ad bellum* e *juice in bello*, mas esta é uma dimensão significativa aqui. Uma vez que uma guerra acaba, e algumas condições de rendição foram assinadas pela nação que foi derrotada, quais responsabilidades, se houver, o vencedor tem em sua conduta em relação à nação derrotada? Um estudioso chamado Brian Orand recomenda uma série de condições para acordos de paz justos após a guerra.

Ele diz que os termos do acordo de paz devem ser públicos, medidos e razoáveis, e guiados por princípios de discriminação e proporcionalidade. Um deles é o princípio do respeito, que afirma que os direitos e tradições dos vencidos devem ser respeitados. É inapropriado tentar alterar completamente uma cultura inteira só porque você os derrotou na guerra e insistir que, digamos, eles tenham que ensinar e aprender sua língua, por exemplo, ou adotar suas tradições culturais.

Os direitos e tradições dos vencidos precisam ser respeitados. Apenas discriminação. Isso diz respeito à ideia de que líderes, soldados e civis precisam ser distinguidos.

Os líderes e soldados dentro da nação que estava travando guerra injustamente podem estar sujeitos a julgamentos criminais e julgamentos de guerra, enquanto civis são imunes a essas acusações, e a menos que alguém dentro daquela sociedade tenha contribuído ativamente para a injustiça da guerra, eles devem ser deixados em paz. Compensação justa. Isso diz respeito à ideia de que as alegações de vitória devem ser proporcionais ao caráter da guerra.

No caso da Segunda Guerra Mundial, uma das consequências, naquele caso, foi que a Alemanha teve que fazer todo tipo de compensação porque o caráter da guerra,

naquele caso, foi tão devastador para tantas pessoas em toda a Europa que eles tiveram que pagar, pagar por um longo tempo, e também não ter seu próprio exército. Você demonstrou à Alemanha sua falta de responsabilidade, para dizer o mínimo, em termos de ter sua própria força militar, então nada de militar para você por um longo tempo, e nós o protegeremos. O exército dos EUA tem sido o guardião da Europa por um longo tempo, algo que nosso atual presidente tem feito algumas exceções.

Quando você olha para o nosso orçamento militar, é uma tonelada de dinheiro que o exército americano tem que dedicar à proteção de alguns estados europeus, mas isso é uma consequência da Segunda Guerra Mundial, particularmente com relação à Alemanha e seu mau uso de seus militares. Uma questão interessante com relação a isso é por quanto tempo, quantos anos, quantas décadas, quantas gerações isso deve continuar? Esse é apenas um exemplo de questões relacionadas ao que significa respeitar esse critério de compensação justa post bellum. Então, finalmente, a devida segurança.

Os vencidos devem receber certa segurança contra ataques futuros, particularmente se não lhes for permitido desenvolver seu próprio exército, como foi o caso da Alemanha ou do Japão, se essa for uma estipulação após uma guerra de que a nação derrotada não pode ter seu próprio exército, o que os torna bastante vulneráveis a ataques de outra nação. Então, o vencedor precisa garantir que o vencido esteja adequadamente protegido nesse caso, o que é algo que os EUA fizeram.

Então essas são as condições laranja para o jus post bellum, e isso conclui nossa discussão sobre a ética da guerra.

Este é o Dr. James Spiegel em seu ensinamento sobre ética cristã. Esta é a sessão 16 sobre Guerra.